

Estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira

Delton Aparecido Felipe¹

Liége Torresan Moreira²

Resumo: A Lei que outorga a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na Educação básica, trouxe a necessidade de se discutir o jogo de poder na organização do currículo escolar, assim como a formação dos docentes e da necessidade de se organizar materiais didáticos pedagógicos que os auxiliem na educação antirracista. Passados mais de quinze anos da aprovação desse dispositivo legal, ainda se constata as dificuldades que os docentes têm de lidar com os temas/conteúdos, metodologias e recursos referentes a aplicabilidade da Lei. Considerando esse pressuposto o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros (NEIAB/UEM), organizou um manual intitulado **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para ensino de história e cultura afro-brasileira** para a formação docente, a construção do livro é fruto de um projeto em parceria com o governo do Estado chamado “Ações de promoção à formação de professoras e professores para o ensino de história e cultura afro-brasileira na Educação Básica” que está em desenvolvimento entre 2018-2019, em um primeiro momento realizou-se o processo de escuta por meio de curso de extensão dos docentes da educação básica sobre os seus principais desafios para a construção de uma educação para relações raciais, o livro aqui apresentado é fruto desse processo e contém estratégias para efetivar práticas pedagógicas em consonância com Lei 10.639/2003.

Palavras-Chaves: Formação de professores/professoras; Lei 10.639/2003; Estratégias para o ensino.

¹ Pós-Doutor em História, professor no curso de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiro - NEIAB/UEM. E-mail: ddelton@gmail.com

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiro - NEIAB/UEM. E-mail: liegetorresan@gmail.com

1. Introdução

Delton Aparecido Felipe (Org.)

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira



Em 09 de janeiro de 2003 o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Lei Federal 10.639 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica. A aprovação dessa lei faz parte de uma luta antirracista empreendida pelo movimento negro brasileiro, desde fins da década de 1970, caminhando na contramão de um falso discurso de que no Brasil não havia preconceito, como pregava o mito da democracia racial, desde a década de 1930. O movimento negro que desde 1970 elabora de estratégias de combate ao racismo, o enfrentamento da violência policial e das desigualdades sociais que tinham/tem como alvo preferencial a população negra, prevê melhores condições de trabalho para homem negro e mulher negra e a luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares (DOMINGUES, 2007).

A aprovação da Lei 10.639/03, impôs uma série de desafios para a educação brasileira, desde pensar as relações de poder que perpassam a organização dos conteúdos no currículo escolar, a necessidade de uma maior atenção nos cursos de formação inicial e continuada que considere as relações raciais e a organização de materiais didáticos-pedagógicos que auxiliem os docentes na efetivação da Lei em sala de aula. Apesar dos avanços significativos que tivemos nos últimos anos nas discussões das temáticas

propostas pela Lei 10.639/03, pesquisas recentes como a realizada por Gomes (2013) demonstram que no processo de implementação da referida lei, é possível observar que muitas escolas se orientam, no momento de lecionar os conteúdos programáticos pertinentes à história e à cultura afro-brasileira, por representações estereotipadas do continente africano, bem como da população afro-brasileira, enquanto outras reservam as últimas semanas do mês de novembro para trabalhar com tais conteúdos e, ambas, fomentam e reafirmam representações equivocadas, quando não estereotipadas da população africana, que acabam por reforçar o racismo em nosso país.

Os estudos como o realizado por Gomes (2013) nos permite afirmar que passados mais de quinze anos da aprovação da referida lei, se percebe que sua efetivação no espaço escolar, ainda, demanda tanto elaboração de materiais didáticos, que tenham como escopo a desconstrução do preconceito racial vivenciado pela população negra, no decorrer da História do Brasil, quanto a formação de professores e de professoras comprometidas/os em repensar suas ações pedagógicas e questionar um ensino de história eurocêntrico. Nunca é de mais mencionar que esse ensino euro-hegemônico gerou e ainda gera inúmeros estereótipos, os quais sustentam o racismo vivenciado pela população negra e a concepção preconceituosa sobre o continente africano no decorrer da história brasileira.

Com intuito de partilhar conhecimentos que consideramos necessários para questionar um ensino excludente e eurocêntrico e efetivar uma educação antirracista em sala de aula, bem como de acordo com os pressupostos da Lei 10.639/03 é que organizamos o livro **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para ensino de história e cultura afro-brasileira** (FELIPE, 2019), que tem como objetivo fornecer bases para os/as educadores/as, em especial da educação básica na efetivação do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no ambiente escolar. O livro é fruto do projeto intitulado “Ações de promoção à formação de professoras e professores para o ensino de história e cultura afro-brasileira na Educação Básica”, resultado da parceria entre o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Maringá – Paraná (NEIAB/UEM) e Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) por meio do seu Programa Universidade Sem Fronteiras.

O projeto que tem como período de execução os meses entre outubro de 2018 e setembro 2019, objetiva capacitar professores/as para trabalhar com o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Para atingir seu objetivo, o projeto executa as seguintes ações: elaboração de material didático, à exemplo do livro já mencionado, sobre conteúdos e temas referentes à cultura afro-brasileira e africana, proporcionando o acesso e a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 no processo de ensino-aprendizagem no currículo escolar. Outra ação do projeto é aproximar a Universidade e os alunos e alunas da graduação da realidade vivenciada pelas/os professoras e professoras na educação básica. Para maximizar essa interação e aprendizado, todos os módulos apresentados nesse material foram elaborados por graduandos/as ou recém graduandos/as da Universidade Estadual de Maringá, com a devida orientação dos professores/as vinculadas ao NEIAB/UEM.

O livro servirá de recurso didático pedagógico para a formação de professores e professoras da educação básica, localizadas em algumas cidades do Paraná por meio de curso de extensão ofertados pelo NEIAB/UEM. Para isso, estabelecemos parcerias com Núcleos Regionais de Educação e Secretária Municipal de Educação que estão em regiões de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e alta presença da população negra, considerando a realidade do estado, visto que segundo o IBGE o Paraná tem um percentual

de quase 26% de pessoas que se declaram negras, reconhecendo em seus corpos uma ancestralidade africana (FELIPE, 2018). A elaboração do presente livro, bem como o desenvolvimento do projeto supracitado é mais um fruto das ações do NEIAB/ UEM, que em seus doze anos de existência vem desenvolvendo inúmeras estratégias para o fortalecimento de uma educação antirracista, seja na formação inicial, na formação continuada e/ou na elaboração de materiais didáticos científicos com temas relacionados ao povo negro no Brasil.

2. As relações étnico-raciais na formação de professores e professoras da Educação básica

Para a construção do livro **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para ensino de história e cultura afro-brasileira** (FELIPE, 2019) que tem como objetivo ser um recurso didático pedagógico para formação de docentes a efetivação da Lei 10.639/2003, organizamos em parceria com o Núcleo Regional de Educação de Maringá no Paraná no decorrer dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018 o projeto piloto do curso “Ações de promoção à formação de professoras e professores para o ensino de história e cultura afro-brasileira na Educação Básica”, chamamos esse curso de projeto piloto por dois motivos, primeiro por que ele antecedeu o curso principal e teve como objetivo escutar os docentes da educação básica sobre suas principais, dúvidas, medos e dificuldades em trabalhar temas/conteúdos relacionados a história e cultura afro em sala de aula. Segundo por que partimos do pressuposto, assim como argumentam Silva e Oliveira (2015) que um projeto piloto tem como objetivo avaliar, revisar e aprimorar os instrumentos e procedimentos de pesquisa.

Ainda com base em Silva e Oliveira (2015) podemos afirmar que se administra um estudo piloto com o objetivo de descobrir pontos fracos e problemas em potencial, sendo assim é um instrumento capaz de reproduzir eficazmente e em escala reduzida parte significativa dos meios que serão encontrados pelo pesquisador no momento definitivo de coleta, nesse contexto podemos afirmar que o projeto piloto do curso principal, foi essencial para que a escrita do livro não partisse apenas das perspectivas dos pesquisadores e das pesquisadoras que escreveram os módulos, buscando assim incorporar no livro as perspectivas dos docentes participantes desta primeira experiência.

O projeto piloto foi organizado a partir de seis encontros, que em sua maioria foram previamente definidos por pesquisadores e pesquisadoras vinculados a NEIAB/UEM. Tivemos vinte seis participantes todos/as professores e professoras da rede pública da educação, esses participantes ensinavam diferentes disciplinas, como português, geografia, matemática, artes e ensino religioso. É importante pontuar que ainda, que a maioria dos professores participantes eram da área da história, acreditamos que este fato pode ser explicado pelas atuais configurações desta disciplina, que exigem o constante diálogo com as várias culturas sociais, reconhecendo assim a pluralidade histórica formadora do Brasil e os diversos jogos de poder que colocou alguns grupos em uma situação de subalternidade em relação a outros (MATTOS, 2003).

Apesar desta evidência, é preciso alertar que todas as disciplinas do currículo escolar devem trabalhar os temas referentes ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como recomenda a pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

[...] desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares (BRASIL, 2004, p. 2).

Como podemos perceber a partir do trecho acima, as diretrizes curriculares que estabelecem o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana recomendam que esse conteúdo não seja responsabilidade de uma única disciplina ou determinada área em detrimento de outras, mas que tenha o envolvimento de toda comunidade escolar, inclusive os profissionais que atuam na escola, fora da sala de aula.

O primeiro encontro do projeto piloto foi intitulado de “Os 15 anos da Lei 10.639/2003: conceitos, temas e dilemas” e teve por objetivo fazer um balanço sobre os 15 anos da Lei 10.639/03, as razões para a sua criação e respectivas ações de regulamentação, os principais temas, dilemas e conceitos que são necessários aos professores e as professoras para a efetivação dessa lei em sala de aula. Já o segundo encontro intitulamos ‘Desigualdades sociais e racismo no Brasil’ O objetivo desse encontro foi discutir a partir de dados apresentados pelo IBGE, INEP, MEC, entre outros institutos, como o racismo estrutural, que incide sobre a população negra no Brasil, tem lhe feitos os principais alvos da violência, pobreza, baixa educação, doenças, desemprego, altas taxas de mortalidade infantil e outros tantos mais reflexos sociais do racismo.

O terceiro encontro, “História da África e Afro-brasileira: Construção de caminhos pedagógicos” teve como intuito discutir as diferentes estratégias desenvolvidas por professores e por professoras nos 15 anos da Lei 10.639/2003 para sua efetivação em sala de aulas nas diferentes áreas do saber, o quarto encontro foi intitulado “A lei 10.639/2003 e os Direitos Humanos” aqui nosso objetivo foi discutir os aspectos legais da Lei e suas contribuições para a dignidade humana preconizada na Declaração Universal do Direitos Humanos de 1948 que em 2018 completou setenta anos de existência.

O penúltimo encontro “Educação e geração de renda” pautou sua discussão na apresentação de dados sobre o desenvolvimento socioeconômico, dos quais demonstram que a população negra é a mais atingida pelo desemprego ou subemprego, sendo também a que recebe os menores salários quando empregada, em especial a mulher negra. A proposta do módulo foi discutir com os professores e as professoras como podemos pensar estratégias para melhorar a condição social e a produção de renda (afroempreendedorismo) da população local.

Diferente dos demais, o último encontro do projeto piloto foi o único que os docentes participantes definiram o tema já que deixamos eles escolherem de que modo queriam encerrar o curso. Por fim decidiram discutir como incorporar as estratégias vistas nos encontros anteriores no planejamento, exercícios e dinâmicas que organizam a escola para modificar a composição do currículo de características eurocêntrica fazendo com que os alunos negros e negras se sintam pertencentes. Com a colaboração dos palestrantes a titulação do sexto e último encontro tornou-se “A escola como um campo de poder e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”. Adianto que com pequenas alterações o livro foi organizado em formato de módulos tendo como base o tema e as discussões realizadas em cada encontro.

Durante os encontros com os professores e professoras, utilizamos como instrumentos de coleta de dados as notas de campo que intitulamos de Diário de Bordo, para coletar informações que não apareciam nos questionários. Além disso, o Diário de Bordo possibilitou relatar as impressões do pesquisador/palestrante diante de várias discussões feitas durante o curso.

As notas de campo, com base em Bogdan e Biklen (1994), referem-se às conversas obtidas entre os sujeitos, assim como àquilo que os sujeitos disseram ao pesquisador em particular. Na elaboração deste artigo, priorizamos as narrativas dos docentes contidas no Diário de Bordo já que, nessas narrativas, os sujeitos da pesquisa se expressaram livremente, permitindo que suas representações sobre o mundo, mesmo que de forma provisória, viessem à tona. Pérez (2003, p. 101) diz que “o ato de narrar se torna um ato de conhecimento, isto é, uma rede tecida de representações diversas, traduções variadas sobre o mundo e sobre o objeto da história que cria sonhos, utopias e compartilha outras realidades”.

No decorrer do curso piloto proporcionamos aos cursistas o contato com diferentes formas de pensar sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, subsidiadas pela Lei 10.639/2003 e enfatizamos a necessidade de reconhecer racismo no Brasil como um problema em que uma educação para relações étnico-raciais os alunos percebam a diversidade e conheçam a história e cultura afro-brasileira e africana como uma potente estratégia antirracista. Em diferentes momentos do curso, houve diálogos, conversas e discussões que nos permitiu pensar estratégias junto aos docentes para a efetivação da referida Lei.

3. Estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica contidas no livro

O livro Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira foi dividido em seis módulos, que sob diferentes prismas estabeleceu diversas estratégias para a efetivação da Lei 10.639/2003 a partir das discussões realizadas no projeto piloto e também, a saber, a experiência dos autores e autoras de cada módulo.

O primeiro intitulado “15 anos da Lei 10.639/2003: Temas, conceitos e dilemas” foi escrito por Lílian Amorim Carvalho que é graduanda em Filosofia na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Também tem formação em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Ciências Sociais pelas Universidades Estadual de Maringá (UEM) com mestrado nesta área sobre educação das relações raciais. A dissertação tem como título “A Cor do vestibular no Paraná: na trilha de um novo caminho pela efetivação da educação étnico-racial” e atualmente é pesquisadora-bolsista do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/SETI). O módulo escrito por Carvalho tem como pretensão mostrar os aspectos positivos e negativos da aprovação da Lei até o presente e a partir desse balanço indicar alguns temas, conceitos e dilemas para efetivação do ensino de história e cultura afro-brasileira nas salas de aulas.

No decorrer do módulo Carvalho (2019) argumenta que um princípio básico para efetivação dessa Lei é entender que ela não demanda necessariamente da inserção de novos conteúdos no currículo, o que é necessário é uma abordagem que saia da ótica eurocêntrica, ampliando assim o nosso olhar para o currículo, construindo novos

imaginários e realidades possíveis e positivando o papel da população negra na construção da nação brasileira. A autora demonstra ainda a necessidade do reconhecimento desta existência e participação na formação de nosso país para além do estereótipo, sendo indispensável reparar essa população que no decorrer da história passou por processos de marginalização fomentando pontes para valorizar sua presença enquanto ser constitutivo do que hoje é o Brasil e o brasileiro;

Entre as estratégias fundamentais elencadas por Carvalho (2019) para efetivação da Lei 10.639/2003 está reconhecer que a sociedade brasileira se construiu de forma diversa e que o processo de formação da nação passou por estratégias que visavam a erradicação física e simbólica da população negra. Sendo assim, efetivar esta lei é reparar injustiças para com a população brasileira, em especial aqueles que reconhecem em sua ancestralidade o sangue africano. A autora demonstra também que o racismo se manifesta e se estrutura de diversas formas: racismo estrutural que está diretamente relacionado a formação nacional; racismo institucional exclui e dificulta a inserção da população negra em diversos espaços sociais, como por exemplo o mercado de trabalho; o racismo intersubjetivo/interpessoal em que percebemos como relações de poder se colocam entre os indivíduos de forma vertical a partir do pertencimento racial e o racismo internalizado/pessoal do qual o indivíduo incorpora subjetivamente e objetivamente percepções racistas que sofreu ao longo do tempo, muitas vezes acreditando que ele não é capaz.

O segundo módulo escrito por Daniara Thomaz e Hilton Costa intitulado “Desigualdade Social e Racismo no Brasil” tem por objetivo apresentar e discutir a partir de dados sobre pobreza, violência e educação os efeitos do racismo estrutural vivenciado pela população negra brasileira. Thomaz é Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), membra fundadora do Coletivo da Juventude Negra Maringaense Yalodê-Badá, pesquisadora-bolsista do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/SETI) e integrante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB-UEM). Desenvolve pesquisas relacionadas à temática das Relações Étnico-Raciais na área da Antropologia com foco em branquitude, identidade racial e representação. Hilton Costa é Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. É professor Adjunto do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR), integrante do Grupo de Pesquisa Pensamento social, intelectuais e circulação de ideias do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB-UEM).

Nesse módulo Thomaz e Costa (2019) argumentam que para trabalhar o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em sala de aula, a primeira coisa que o educador deve reconhecer é que, a população negra se comparada a população branca vive em condição de marginalização, ainda quando ambas são pobres. É necessário perceber que o racismo estrutural atua sobre as condições econômicas, políticas e subjetivas da população negra, e que podem ser visualizados por meio de dados que com o recorte racial demonstram diferenças gigantescas entre brancos e negros. Diferenças essas que se explicam através do histórico de desvantagem do processo de escravização e pelo mito da democracia racial sustentado pelo Estado, cabendo a todos inclusive a população branca, modificar esta realidade.

Outro aspecto que Thomas e Costa (2019) chamam atenção é sobre os dados da educação escolar que demonstram, novamente inúmeras disparidades entre negros e brancos, a começar pelo analfabetismo que atinge muito mais os primeiros. Soma-se a isso as porcentagens reduzidas de adolescentes que concluem o ensino médio, as baixas taxas de

acesso ao ensino superior, à maior exposição a violência, menor acesso à saúde, e no caso das mulheres à maior violência doméstica, sem esquecermos ainda da menor escolaridade da população negra, encontramos vários limitadores estruturais que promovem a retirada da população negra dos bancos escolares cada vez mais cedo. Por fim a autora e autor afirmam que a população negra ainda que passe por todas as amarras do racismo institucional e estrutural a dimensão representativa de sua realidade social e ancestralidade, na maioria das vezes, não é abordada dos conteúdos escolares.

O terceiro módulo intitulado “História da África e do povo negro no Brasil: construção de caminhos pedagógicos” escrito por Ana Paula Herrera de Souza e Delton Aparecido Felipe busca retratar a importância do continente africano para entendermos a situação da população negra no Brasil e apresentar estratégias de trabalho com conteúdo que permitem problematizar e desconstruir os estereótipos referentes às Áfricas nas disciplinas escolares. Souza é Graduanda do curso História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente desenvolve pesquisa sobre a condição da mulher negra na literatura a partir de uma perspectiva historiográfica e também pesquisadora-bolsista do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/SETI) pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB-UEM). Felipe é Professor da Universidade Estadual de Maringá – Paraná (UEM), Pós-Doutor em História. Doutor em Educação e pesquisador do Núcleo de Estudo Interdisciplinar Afro-Brasileiro da Universidade Estadual de Maringá-Paraná (NEIAB/UEM).

Segundo Silva e Felipe (2019) para valorizar o povo negro é necessário compreender que só é possível explicar o Brasil a partir de sua ancestralidade, portanto seu estudo deve ser iniciado pela História da África e para isso é fundamental desconstruir estereótipos ligados ao continente africano considerando suas multiplicidades e não reproduzindo visões simplistas, únicas e incoerentes com as várias regiões e países do continente. Apontam também a importância em reconhecer o continente como produtor de diversos saberes e valorizar sua presença e importância nos diversos ciclos econômicos que tiveram na base de formação do Brasil. Ainda no decorrer do módulo encontramos estratégias para trabalhar conhecimentos africanos que chegaram ao longo da história brasileira nas diversas disciplinas apresentando recomendações de como fazê-lo.

O quarto módulo foi escrito por Lucas Vinícius da Silva Santos e Delton Aparecido Felipe e intitulado “A Lei 10.639/2003 e os Direitos Humanos: Reafirmando a dignidade da população negra brasileira”, nessa parte os autores do texto evidenciam que mais do que efetuar uma mudança de perspectiva no ensino dos conteúdos curriculares, a Lei 10.639/2003 permite pautar uma discussão sobre a dignidade humana da população negra brasileira. Santos é graduando em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), membro do Núcleo de Estudos Penais (NEP-UEM). Estagiou no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em 2017 e é pesquisador-bolsista do programa Universidades Sem Fronteiras (USF/SETI) pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB-UEM). Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas da dogmática dos delitos omissivos impróprios, segurança pública e cidadania, bem como da análise crítica das novas formas de tutela dos direitos fundamentais na contemporaneidade. Felipe foi apresentado ao tratarmos o módulo anterior.

Os autores afirmam nesse módulo que é preciso entender que a Lei 10.639/2003 representa mais do que demandas pedagógicas, ela se insere dentro de um projeto de reconhecimento da dignidade da população negra, visto que no decorrer da história, num primeiro momento foi negada a humanidade a essa população, depois foi criado obstáculo

para o exercício de sua humanidade e reconhecer que o Estado legitimou, atuou e formulou leis que subalternizavam a população negra e por isso tem o dever de se posicionar contra estruturas racistas da qual ele próprio ajudou a construir, incumbe ao mesmo que a reparação também deve vir acompanhada de ações jurídicas.

Para os pesquisadores é fundamental perceber o ambiente escolar como espaço fundamental de transformação do imaginário racial do Brasil e que cabe ao Estado agir em consonância com a Constituição Brasileira de 1988 e propiciar além de uma igualdade formal, igualdade material, utilizando políticas afirmativas para garantir humanidade e dignidade da população negra. Para isso argumentam sobre a importância da Lei 10.639/03 no processo de construção de um Brasil que valoriza a diversidade étnico-racial e, apresentam também outras ações afirmativas que consideram fundamentais para reafirmação da dignidade da população negra, como a demarcação de terras quilombolas, cotas raciais para ingresso, permanência e sucesso da população negra no ensino superior e a importância do Estatuto da Igualdade Racial.

As autoras do quinto módulo intitulado “Educação, geração de renda e afroempreendedorismo” são Allana Fachinni e Josiane Oliveira, nele as autoras discutem que devido ao racismo institucional a população negra, em especial a mulher negra, é a que tem o menor ganho no mercado de trabalho, sendo assim é fundamental que a escola se organize como um espaço de educação para a geração de renda na comunidade onde estas instituições estão inseridas, apresentando o afroempreendedorismo como uma estratégia para o aumento de renda dessa população. Fachinni é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e membro do Grupo de Pesquisa Política, Estado e América Latina (GPPEAL/ UEM). Atualmente é pesquisadora-bolsista vinculada ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/SETI) pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB/UEM) e desenvolve pesquisas relacionadas à guerra às drogas, política internacional e narcotráfico na América Latina. Já Oliveira é doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com estágio doutoral realizado na *Université du Québec/Canada* é professora do curso de Administração da Universidade Estadual de Maringá – Paraná e atua como pesquisadora no Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros da Universidade Estadual de Maringá- Paraná (NEIAB/UEM).

Para Fachinni e Oliveira (2019) viabilizar estratégias para a população negra possa ter possibilidade de igualdade material, visto que o mercado de trabalho adota práticas racistas o que faz com os homens negros e principalmente as mulheres negras tenham menor renda no Brasil, é necessário. Portanto, reconhecer que a renda familiar da população negra é muito inferior se comparada com a da população branca, que há baixa taxa de absorção daqueles pelos postos de trabalho, principalmente para cargos e remunerações mais elevadas. Para as autoras compreender que a escola está imensa numa dinâmica social e ao passo que influencia a sociedade também é afetada, passa por repensar as relações de consumo e de que forma podemos gerar condições sociais para que um discente permaneça em sala de aula e amplie suas oportunidades.

As pesquisadoras ainda argumentam que compreender os efeitos do afroempreendedorismo amplia os meios de inclusão econômica da população negra, e que ao valorizarmos isso, reeducarmos nosso consumo e combatemos os reflexos do racismo nesta e em tantas outras dimensões, mas, é importante frisar que para isso é preciso entender que comprar é mais que uma relação monetária e que quando compramos de afroempreendedores estamos gerando oportunidades para que o aluno se mantenha na escola, para que a renda

de sua família seja minimamente suficiente e para que a população negra como um todo tenha possibilidade de ocupar outros espaços.

A pesquisadora Liege Torresan Moreira é autora do último módulo do livro titulado como “A escola como um campo de poder e o ensino de história e cultura afro-brasileiro e africana”. A autora argumenta que a efetivação das estratégias, apresentadas no decorrer do livro, para cumprimento da Lei 10.639/2003, colaboram com a modificação dos campos de poder no campo escolar, fazendo deste espaço um ambiente mais acolhedor para aos/as alunos/as negros/as. Moreira é graduada e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), desenvolve estudos sobre a Qualidade da Representação políticas nas democracias contemporâneas. Atualmente é integrante do Núcleo de Pesquisa em Participação Políticas-NUPPOL/UEM e pesquisadora vinculada ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/SETI) pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (NEIAB/UEM) como bolsista recém-formada.

A pesquisadora argumenta que para alguns discentes a escola ao longo do tempo, apesar do discurso de um espaço emancipador, tem se organizado de forma opressora. No caso, dos/as alunos/as negros/as o currículo escolar, as práticas pedagógicas e as interações sociais efetivadas nesse espaço fazem com que eles não se sintam bem acolhidos ou que entendam que aquele local não é para eles ou para a cultura afro. Moreira (2019) utilizando-se da teoria das trocas simbólicas de Pierre Bourdieu, afirma que ao aplicarmos as teorias dos capitais às questões raciais, perceberemos que os indivíduos brancos de descendência europeia acumularão mais capital dos que os indivíduos negros com ancestralidade africana, o que dificulta ou facilita determinados indivíduos à aglutinarem instrumentos de ascensão, seja ele econômico, social ou cultural.

Para Moreira (2019) reconhecer, valorizar e reparar a história afro-brasileira objetiva ampliar as temáticas dos saberes das bases de formação do que é o Brasil e sobre quais pilares os indivíduos se desenvolvem, estes mecanismos também incidem diretamente no poder da representatividade enquanto leitura das possibilidades reais de cada ser. A autora alerta que dar enfoque a questões estruturais e norteadoras do conhecimento para se contrapor ao racismo, abordando causas institucionais, históricas e discursiva, não elimina a discussão de atitudes racistas. No entanto, isso não significa que estamos isentos de qualquer responsabilidade de nossas ações, muito pelo contrário, ao tomarmos consciência de quem somos e porque nos constituímos dessa forma, temos total responsabilidade sobre quais efeitos estamos provocando e sobre quais pilares estamos construindo a realidade, para nós e para os outros.

A produção deste livro com estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira se concentrou em ações que questionam as matrizes de pensamentos que contribuem para a propagação do racismo. Problematizamos no decorrer dos seis módulos, que serão utilizados em futuras formações de docentes para uma educação para as relações raciais estratégias para modificar uma realidade que ainda marginaliza pessoas devido ao seu pertencimento étnico-racial. Buscamos construir uma sociedade que não considere uma diferença como elementos de desigualdade, se uma diferença já foi considerada motivo para não se atingir a igualdade material, cabe a nós e ao Estado construir formar para que os danos sejam amenizados no presente.

4. Considerações finais

Em meados de março de 2019 o livro **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para ensino de história e cultura afro-brasileira** foi lançado em seu formato digital na página no Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros³. Desde fevereiro de 2019 ele está sendo utilizado como base para formação de quarenta professores e professoras da Secretária Municipal de Educação de Mariluz-Paraná. No mês de março começamos nova formação também com mais de quarenta professores e professoras no Núcleo Regional de Educação de Cianorte no Paraná, que abrangem pelo menos doze cidades do norte paranaense. Nossa terceira formação também se iniciou no mês de março com o Núcleo Regional de Educação da cidade de Maringá no Paraná, esta formação abrange vinte e cinco cidades e conta com mais cem docentes participantes.

No final de cada curso de formação que ocorrerá no fim segundo semestre de 2019 serão entregues exemplares do livro impresso para a Secretária Municipal da Educação e para os Núcleos Regionais de Educação parceiros, para a distribuição nas escolas conforme os critérios adotados pelos mesmos. Para além dos professores e professoras participantes dos cursos de formação o livro pode ser acessado por todos/as aqueles/as que se interessam pela discussão das relações étnico-raciais e compreende a mesma como ponto fundamental para construção de um Brasil que não aceita o preconceito.

O NEIAB/UEM com o projeto “Ações de promoção à formação de professoras e professores para o ensino de história e cultura afro-brasileira na Educação Básica”, na versão piloto que foi desenvolvido em 2018 e ou na sua versão definitiva em 2019, tem como objeto oferecer formações docentes e elaborar materiais didáticos ou de cunho científico acadêmico que permitam que os docentes em formação inicial ou continuada reconheçam a diversidade presente na sociedade e utilizar-se dela para promover a igualdade material e de oportunidades, trabalhando com os conteúdos que estão no currículo escolar de forma crítica, considerando sempre as relações de poder que os envolvem.

Com o livro apresentado nesse texto, que é fruto do processo de escuta de professores e professoras da educação básica, percebemos que é possível ampliar o conhecimento que temos sobre as relações raciais no Brasil e efetivar práticas pedagógicas que relacionem a população negra brasileira e sua ancestralidade africana, além de construir uma consciência social, em que docente e discentes, entendam que a formação do Brasil foi feita a partir da relação entre marginalizações e os privilégios e isso refletem até hoje em nosso tecido social quando utilizamos o critério raça/cor.

³ O acesso livro pode ser feito <http://sites.uem.br/neiab/educacao-para-as-relacoes-etnico-raciais-estrategias-para-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira> acessado em 02 de abr de 2019

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, MEC/Secad, 2004.

CARVALHO, Lílian Amorim. 15 anos da Lei 10.639/2003: Temas, conceitos e dilemas. *In*: FELIPE, Delton (org). **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira**. Maringá: Mondrian Ed, 2019 p.11-32.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo [online]**, Rio de Janeiro, v.12, n. 23, p. 100-122, 2007

FACHINNI, Allana; OLIVEIRA, Josiane. Educação, geração de renda e afroempreendedorismo . *In*: FELIPE, Delton (org). **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira**. Maringá: Mondrian Ed, 2019,p. 95-112.

FELIPE, Delton Aparecido (Org.). Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para ensino de história e cultura afro-brasileira. 1ed.Maringá: Mondrian, 2019.
FELIPE, Delton Aparecido. A presença negra na história do Paraná: pelo direito à memória. *In*: RAGGIO, Ana Zaiczuk; BLEY, Regina Bergamaschi; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina i. (Org.). **Abordagem histórica sobre a população negra no Estado do Paraná**. 1. ed.Curitiba - Paraná: SEJU, 2018, v. 1, p. 7-24.

GOMES, Nilma Lino. Panorama de Implementação da Lei nº10.639/2003: Contribuições da Pesquisa Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-raciais na Escola. *In*: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira. **Igualdade Racial no Brasil: Reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**. Brasileira: Ipea, 2013, p.45-72

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 127-136.

MOREIRA, Liege Torresan. A escola como um campo de poder e o ensino de história e cultura afro-brasileiro e africana *In*: FELIPE, Delton (org). **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira**. Maringá: Mondrian Ed, 2019, p.113-130

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Lucas Vinicius da S.; FELIPE, Delton Aparecido. A Lei 10.639/2003 e os Direitos Humanos: Reafirmando a dignidade da população negra brasileira. . *In*: FELIPE, Delton (org). **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira**. Maringá: Mondrian Ed, 2019, p. 75-94

SILVA, Ana Paula; FELIPE, Delton. História da África e do povo negro no Brasil: construção de caminhos pedagógicos. *In*: FELIPE, Delton (org). **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira**. Maringá: Mondrian Ed, 2019, p. 55-74



SILVA, Luis Henrique; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. Contribuições do projeto piloto à coleta de dados em pesquisas na área de educação. *Revista Ibero-americana de Estudos em Educação*. V.10, n.1; jan/mar. 2015 p.225-245

THOMAZ, Daniara; COSTA, Hilton. Desigualdade Social e Racismo no Brasil. *In: FELIPE, Delton (org). Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira*. Maringá: Mondrian Ed, 2019, p.33-54.